

‘Aumentos não pressionam inflação’

O economista da Unicamp Marcio Pochmann diz que o Brasil esgotou sua capacidade de desenvolvimento com dependência externa. “Se a renda média não subir, ou seja, se os brasileiros não tiverem mais dinheiro para gastar, o mercado interno ficará ainda mais fraco para sustentar o desenvolvimento do país”, diz.

Segundo ele, há espaço para aumentar os salários sem promover impacto inflacionário. Do ponto de vista do trabalho, a renda funcional vem perdendo espaço na composição do PIB. Representava 50% da riqueza nacional em 1950; em 1990, caiu para 45%, e fechou 1998 em 36%. Se o rendimento do trabalho caiu, cresceu a renda proveniente de juros, lucro empresarial, aluguéis, produtividade. “Não haveria comprometimento se houvesse reajuste decente, há de onde os empresá-

rios tirarem sem ter que repassar aos preços”, diz.

Sérgio Mendonça, do Dieese, adverte, porém, que a tendência em 2000 é de reposição, e não de reajustes reais. “Muitas categorias conseguirão minimizar perdas passadas, mas continuarão havendo um desnível na renda, a tendência é que eles não se aprofundem”, afirma.

E isto vale para a iniciativa privada. Mendonça acredita que o governo federal não promoverá reajustes ao funcionalismo público – como não o faz há cinco anos, com exceção de poucas categorias. “O governo federal continuará com sua política de arrocho, priorizando o enxugamento das contas públicas e o ajuste fiscal”, avalia.

Há espaço para reajustes nas administrações estaduais e municipais, no entanto, por conta do

ano eleitoral. As eleições, argumenta Mendonça, são um ponto a favor dos trabalhadores para reajuste do salário mínimo. “Será um desgaste político imenso para Fernando Henrique se ele quiser aprofundar o ajuste da Previdência segurando o salário mínimo. Os aliados estão de olho e a popularidade dele não está boa. FHC não poderá negligenciar isto”, apostava o Dieese.

Quanto à pressão inflacionária, além do argumento de ganhos dos empresários na década de 90, da modernização do parque industrial, do aumento da produtividade e da capacidade ociosa das indústrias, Mendonça diz que são as tarifas públicas os grandes focos de pressão sobre a inflação. Ainda mais com juros em trajetória de queda e o comportamento favorável previsto para o câmbio – se não houver choques externos.

Quanto aos serviços, que preocupam analistas, o economista do Dieese acredita que sua força de pressão é limitada. “Só dois ou três anos de crescimento econômico é que sustentam aumento de preços via serviços. Pois, mesmo com ganhos esperados de renda, o consumidor não vai suportar um comprometimento muito grande do orçamento, até porque as tarifas serão reajustadas ano que vem novamente. E haverá uma reposição parcial de rendimento, não um ganho efetivo que permita também um festival de gastanças, uma explosão de demanda”, avalia Mendonça.

Segundo ele, serviços são, ainda, cortáveis do orçamento, o que dá ao consumidor poder de barganha. “Por último, o pessoal de serviços já ganhou muito na fase inicial do Plano Real, não está tão pressionado assim”, diz. (F.B.)